

# Relatório Anual 2018

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar—Chácara das Pedras  
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG  
Rodeio Bonito - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG  
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>757.634</b>	<b>722.089</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>367.707</b>	<b>300.980</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	8.301	12.031	DEPÓSITOS (NOTA 11)	142.877	113.205
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	249.461	305.619	Depósitos à Vista	101.051	76.201
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	24	Depósitos a Prazo	41.826	37.004
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	111	22	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	176.365	145.379
Correspondentes no país	573	488	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	22	18
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	248.777	305.085	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	176.343	145.361
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	470.430	380.739	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.571	1.234
Operações de Crédito	490.393	399.235	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.571	1.234
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.963)	(18.496)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	8.057
OUTROS CRÉDITOS	25.153	19.957	Empréstimos País - Outras Instituições	-	8.057
Créditos por Avals e Fianças Honradas (NOTA 06)	483	247	OUTRAS OBRIGAÇÕES	46.894	33.105
Rendas a Receber	2.073	1.710	Cobrança e Arrecadação de Tributos	315	248
Créditos Específicos	349	328	Sociais e Estatutárias	4.325	2.695
Diversos (NOTA 06 e 07)	23.082	18.289	Fiscais e Previdenciárias	1.480	1.407
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(834)	(617)	Diversas (NOTA 14)	40.774	28.755
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	4.289	3.743			
Outros Valores e Bens	5.096	4.021			
(Provisão para desvalorização)	(811)	(314)			
Despesas Antecipadas	4	36			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>311.835</b>	<b>203.844</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>479.440</b>	<b>428.817</b>
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	48.136	7.231	DEPÓSITOS (NOTA 11)	466.096	422.908
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	48.136	7.231	Depósitos Interfinanceiros	8.413	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	219.711	155.011	Depósitos a Prazo	457.683	422.908
Operações de Crédito	236.099	167.250	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	13.344	5.909
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.388)	(12.239)	Repasse Interfinanceiros	13.344	5.909
OUTROS CRÉDITOS	118	190			
Diversos (NOTA 06 e 07)	120	205			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(2)	(15)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	21.760	21.715	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>222.322</b>	<b>196.136</b>
Outros Investimentos	21.760	21.715	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	75.010	74.774
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	13.821	13.137	De Domiciliados no País	75.061	74.787
Imóveis de Uso	5.415	3.693	(Capital a Realizar)	(51)	(13)
Outras Imobilizações de Uso	19.392	18.776	RESERVAS DE SOBRES	133.987	107.035
(Depreciação acumulada)	(10.986)	(9.332)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	8.289	6.560	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	13.325	14.327
Outros Ativos Intangíveis	16.336	12.928			
(Amortização acumulada)	(8.047)	(6.368)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.069.469</b>	<b>925.933</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.069.469</b>	<b>925.933</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG  
CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>65.794</b>	<b>1</b>	<b>65.795</b>	<b>124.862</b>	<b>1</b>	<b>124.863</b>	<b>113.792</b>	<b>-</b>	<b>113.792</b>
Operações de Crédito	65.211	1	65.212	123.998	1	123.999	113.484	-	113.484
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	578	-	578	807	-	807	267	-	267
Resultado das Aplicações Compulsórias	5	-	5	57	-	57	41	-	41
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(23.772)</b>	<b>(41)</b>	<b>(23.813)</b>	<b>(49.421)</b>	<b>(73)</b>	<b>(49.494)</b>	<b>(60.173)</b>	<b>(627)</b>	<b>(60.800)</b>
Operações de Captação no Mercado	(14.004)	(41)	(14.045)	(27.371)	(73)	(27.444)	(38.028)	(53)	(38.081)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.220)	-	(4.220)	(8.336)	-	(8.336)	(7.746)	(574)	(8.320)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.548)	-	(5.548)	(13.714)	-	(13.714)	(14.399)	-	(14.399)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>42.022</b>	<b>(40)</b>	<b>41.982</b>	<b>75.441</b>	<b>(72)</b>	<b>75.369</b>	<b>53.619</b>	<b>(627)</b>	<b>52.992</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(25.635)</b>	<b>4.193</b>	<b>(21.442)</b>	<b>(41.918)</b>	<b>7.641</b>	<b>(34.277)</b>	<b>(20.904)</b>	<b>5.728</b>	<b>(15.176)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.906	8.119	14.025	11.082	15.006	26.088	9.468	11.586	21.054
Rendas de Tarifas Bancárias	3.879	-	3.879	7.552	-	7.552	7.210	-	7.210
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(18.865)	(1.614)	(20.479)	(36.049)	(2.915)	(38.964)	(33.204)	(2.489)	(35.693)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(13.626)	(1.727)	(15.353)	(24.428)	(3.005)	(27.433)	(21.071)	(2.303)	(23.374)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(82)	(390)	(472)	(137)	(718)	(855)	(91)	(530)	(621)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota20)	13.821	555	14.376	27.830	628	28.458	34.468	336	34.804
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(16.668)	(750)	(17.418)	(27.768)	(1.355)	(29.123)	(17.684)	(872)	(18.556)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>16.387</b>	<b>4.153</b>	<b>20.540</b>	<b>33.523</b>	<b>7.569</b>	<b>41.092</b>	<b>32.715</b>	<b>5.101</b>	<b>37.816</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(237)</b>	<b>114</b>	<b>(123)</b>	<b>(511)</b>	<b>120</b>	<b>(391)</b>	<b>(247)</b>	<b>107</b>	<b>(140)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>16.150</b>	<b>4.267</b>	<b>20.417</b>	<b>33.012</b>	<b>7.689</b>	<b>40.701</b>	<b>32.468</b>	<b>5.208</b>	<b>37.676</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>221</b>	<b>221</b>	<b>-</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>-</b>	<b>(319)</b>	<b>(319)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	143	143	-	45	45	-	(180)	(180)
Provisão para Contribuição Social	-	78	78	-	(4)	(4)	-	(139)	(139)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>16.150</b>	<b>4.488</b>	<b>20.638</b>	<b>33.012</b>	<b>7.730</b>	<b>40.742</b>	<b>32.468</b>	<b>4.889</b>	<b>37.357</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.730</b>	<b>(7.730)</b>	<b>-</b>	<b>4.889</b>	<b>(4.889)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>16.150</b>	<b>4.488</b>	<b>20.638</b>	<b>40.742</b>	<b>-</b>	<b>40.742</b>	<b>37.357</b>	<b>-</b>	<b>37.357</b>
<b>REVERSÃO DA RESERVA DE EXPANSÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>-</b>	<b>119</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(27.536)</b>	<b>-</b>	<b>(27.536)</b>	<b>(23.230)</b>	<b>-</b>	<b>(23.230)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.806)	-	(4.806)	(4.101)	-	(4.101)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.586)	-	(1.586)	(1.570)	-	(1.570)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(15.863)	-	(15.863)	(15.697)	-	(15.697)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(4.329)	-	(4.329)	(1.862)	-	(1.862)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(952)	-	(952)	-	-	-
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.325</b>	<b>-</b>	<b>13.325</b>	<b>14.127</b>	<b>-</b>	<b>14.127</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>71.564</b>	<b>84.684</b>	-	-	<b>10.782</b>	<b>167.030</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	5.286	-	-	-	(5.278)	8
Destinações para reservas	-	4.792	-	200	(4.992)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(512)	(512)
Capital de associados						
Aumento de capital	1.884	-	-	-	-	1.884
Baixas de capital	(3.960)	-	-	-	-	(3.960)
Reversão de reserva	-	-	-	(200)	200	-
Resultado do período	-	-	-	-	37.357	37.357
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.570)	(1.570)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.697	-	-	(15.697)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.101)	(4.101)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.862	-	-	(1.862)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>74.774</b>	<b>107.035</b>	-	-	<b>14.327</b>	<b>196.136</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.210</b>	<b>22.351</b>	-	-	<b>3.545</b>	<b>29.106</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>74.774</b>	<b>107.035</b>	-	-	<b>14.327</b>	<b>196.136</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	4.859	-	-	-	(6.070)	(1.211)
Destinações para reservas	-	6.279	600	700	(7.579)	-
Outras destinações	-	-	-	(700)	(678)	(1.378)
Capital de associados						
Aumento de capital	1.919	-	-	-	-	1.919
Baixas de capital	(6.542)	-	-	-	-	(6.542)
Reversões de reservas	-	-	(119)	-	119	-
Resultado do período	-	-	-	-	40.742	40.742
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.586)	(1.586)
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(952)	(952)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.863	-	-	(15.863)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.806)	(4.806)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.329	-	-	(4.329)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>75.010</b>	<b>133.506</b>	<b>481</b>	-	<b>13.325</b>	<b>222.322</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>236</b>	<b>26.471</b>	<b>481</b>	-	<b>(1.002)</b>	<b>26.186</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)</b>	<b>77.868</b>	<b>113.314</b>	<b>600</b>	<b>700</b>	<b>20.104</b>	<b>212.586</b>
Destinação resultado exercício anterior						
Outras destinações	-	-	-	(700)	-	(700)
Capital de associados						
Aumento de capital	1.015	-	-	-	-	1.015
Baixas de capital	(3.873)	-	-	-	-	(3.873)
Reversões de reservas	-	-	(119)	-	119	-
Resultado do período	-	-	-	-	20.638	20.638
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.586)	(1.586)
Fundo Filantrópico	-	-	-	-	(952)	(952)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.863	-	-	(15.863)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.806)	(4.806)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.329	-	-	(4.329)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>75.010</b>	<b>133.506</b>	<b>481</b>	-	<b>13.325</b>	<b>222.322</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(2.858)</b>	<b>20.192</b>	<b>(119)</b>	<b>(700)</b>	<b>(6.779)</b>	<b>9.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG**  
**CNPJ/MF nº 87.733.770/0001-21**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>22.331</b>	<b>49.343</b>	<b>42.890</b>
Resultado do semestre/exercício	20.638	40.742	37.357
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>1.693</b>	<b>8.601</b>	<b>5.533</b>
Provisão para operações de crédito	1.056	5.616	1.793
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	257	497	314
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(39)	204	56
Depreciação do imobilizado de uso	1.173	2.311	2.111
Amortização do intangível	888	1.679	1.581
Baixas do ativo permanente	99	181	91
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	2	(322)	896
Destinações ao FATES	(1.586)	(1.586)	(1.570)
Dividendos SicrediPar	(157)	21	261
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(48.936)</b>	<b>(89.782)</b>	<b>(13.064)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(40.676)	(40.906)	(5.265)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	3.351	24	(18)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	46	(89)	159
(Aumento) em relações com correspondentes	(195)	(85)	(277)
(Aumento) em operações de crédito	(139.413)	(160.006)	(84.937)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	73.401	38.421	13.429
(Aumento) em outros créditos	(3.071)	(5.349)	(4.146)
(Aumento) em outros valores e bens	(263)	(1.043)	(2.643)
Aumento em depósitos	52.207	72.860	62.386
Aumento em relações interdependências passivas	938	337	74
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(8.379)	(8.057)	(23)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.159)	(2.199)	(1.677)
Aumento em outras obrigações	14.277	16.310	9.874
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(26.605)</b>	<b>(40.439)</b>	<b>29.826</b>
Aquisição de Investimentos	-	(45)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.994)	(3.176)	(5.371)
Aplicações no Intangível	(1.153)	(3.408)	(1.895)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.147)</b>	<b>(6.629)</b>	<b>(7.266)</b>
Integralização de capital	1.015	1.919	1.884
Baixa de capital	(3.873)	(6.542)	(3.960)
Juros ao capital próprio	(4.806)	(4.806)	(4.101)
Distribuição de Sobras	(700)	(2.589)	(504)
Outras Destinações	(952)	(952)	-
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(9.316)</b>	<b>(12.970)</b>	<b>(6.681)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(39.068)</b>	<b>(60.038)</b>	<b>15.879</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	296.146	317.116	301.237
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	257.078	257.078	317.116

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Alto Uruguai - Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 18/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2019.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

#### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	8.301	12.031
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	248.777	305.085
Total	257.078	317.116

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	48.136	7.231
Di entre Banco e Cooperativas	40.442	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.694	7.231
Total não circulante	48.136	7.231

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	274.690	191.244	465.934	358.620
Financiamentos	39.071	30.393	69.464	52.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	176.632	14.462	191.094	155.280
Carteira total	490.393	236.099	726.492	566.485

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	483	-	483	247
Devedores por compra de valores e bens	192	116	308	395
Títulos e créditos a receber (i)	18.469	4	18.473	12.574
Total	19.144	120	19.264	13.216

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	51	-	-	-
Nível A	0,50	216.254	136.547	1.081	683
Nível B	1,00	226.351	227.242	2.264	2.272
Nível C	3,00	226.074	148.311	6.782	4.449
Nível D	10,00	39.154	35.390	3.915	3.539
Nível E	30,00	15.066	11.680	4.520	3.504
Nível F	50,00	6.282	6.296	3.141	3.148
Nível G	70,00	4.631	3.253	3.242	2.277
Nível H	100,00	11.893	10.982	11.893	10.982
Total (i)		745.756	579.701	36.838	30.854

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 349 (2017 - R\$ 513).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2018					2017
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.435	54.138	96.155	115.910	269.638	217.388
Rural	317	45.978	130.337	14.462	191.094	155.280
Industrial	185	14.997	27.771	31.409	74.362	63.558
Comércio	1.035	29.320	54.357	42.657	127.369	89.951
Outros Serviços	458	14.146	36.908	31.781	83.293	53.524
Total	5.430	158.579	345.528	236.219	745.756	579.701

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	82.217	11,02	67.879	11,71
50 devedores seguintes	121.021	16,23	90.557	15,62
100 devedores seguintes	73.939	9,91	56.945	9,82
Demais	468.579	62,84	364.320	62,85
Total	745.756	100	579.701	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial	31.367	29.518
Constituição de provisão	13.714	14.399
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.894)	(12.550)
Saldo final	37.187	31.367

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.449 (2017 - R\$ 3.243), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 24.968 (2017 - R\$ 14.652).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	119	115
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.005	2.912
Devedores por compra de valores e bens	192	193
Devedores por depósitos em garantia	561	987
Impostos e contribuições a compensar	500	338
Títulos e créditos a receber	18.469	12.571
Valores honrados	-	90
Cotas de consórcio	909	604
Operações com cartões	493	60
Pendências a regularizar	104	200
Outros	730	219
<b>Total Circulante</b>	<b>23.082</b>	<b>18.289</b>

Devedores por compra de valores e bens	116	202
Títulos e créditos a receber	4	3
<b>Total não circulante</b>	<b>120</b>	<b>205</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio	5.096	4.021
Imóveis	4.332	3.257
Veículos e afins	122	122
Bens em regime especial	642	642
Despesas antecipadas	4	36
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(811)	(314)
<b>Total Circulante</b>	<b>4.289</b>	<b>3.743</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 811 (2017 - R\$ 314) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	12.033	11.988
Sicredi Participações S.A.	9.726	9.726
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>21.760</b>	<b>21.715</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	3.153.874 ON 6.572.059 PN	3.153.874 ON 6.572.059 PN	1 Quotas	1 Quotas	12.032.806 Quotas	11.988.055 Quotas
Percentual de participação	1,10%	1,11%	0,62%	0,61%	3,14%	3,41%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	9.726	9.726	1	1	12.033	11.988

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	24.807	(10.986)	13.821	13.137
Imobilizações em curso	-	1.304	-	1.304	2.389
Terrenos	-	453	-	453	454
Edificações	4%	4.962	(1.194)	3.768	2.234
Instalações	10%	4.039	(1.827)	2.212	2.059
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.005	(2.794)	2.211	1.969
Sistema de comunicação	10%	242	(117)	125	135
Sistema de processamento de dados	20%	5.898	(3.347)	2.551	2.784
Sistema de segurança	10%	1.162	(624)	538	511
Sistema de transporte	20%	1.742	(1.083)	659	602

Intangível (i)	16.336	(8.047)	8.289	6.560
Investimentos Confederação	16.336	(8.047)	8.289	6.560
<b>Total</b>	<b>41.143</b>	<b>(19.033)</b>	<b>22.110</b>	<b>19.697</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017 Total
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	101.051	-	-	101.051	76.201
Depósitos Interfinanceiros	-	-	8.413	8.413	-
Depósitos a prazo	17.667	24.159	457.683	499.509	459.912
<b>Total</b>	<b>118.718</b>	<b>24.159</b>	<b>466.096</b>	<b>608.973</b>	<b>536.113</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	176.343	145.361
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	176.343	145.361
<b>Total circulante</b>	<b>176.343</b>	<b>145.361</b>

Recursos do Crédito Rural	13.344	5.909
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	13.344	5.909
<b>Total não circulante</b>	<b>13.344</b>	<b>5.909</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 10/12/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	8.057
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	8.057
<b>Total circulante</b>	<b>-</b>	<b>8.057</b>

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017 (Reapresentado)
Cheques administrativos	148	-
Obrigações por convênios oficiais	6	8
Provisão para pagamentos a efetuar	13.600	7.933
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.908	2.230
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.024	3.442
Pendências a regularizar	51	240
Operações com cartões	18.385	12.270
Demais fornecedores	802	868
Credores diversos	1.850	1.764
<b>Total circulante</b>	<b>40.774</b>	<b>28.755</b>

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	1.923	125	(413)	1.635
Cível	307	42	(76)	273
<b>Total</b>	<b>2.230</b>	<b>167</b>	<b>(489)</b>	<b>1.908</b>

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	1.635	1.923
Cível	Provável	273	307
<b>Total</b>		<b>1.908</b>	<b>2.230</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 940; R\$ 249; R\$ 191 (2017 - R\$ 601, R\$ 156 e R\$ 191), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 38810433, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação, tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 151, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	75.010	74.774
Total de associados	65.720	65.697

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 236 (2017 – R\$ 3.210), sendo R\$ 4.859 (2017 – R\$ 5.286) via integralização de resultados e R\$ 1.919 (2017 – R\$ 1.884), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.542 (2017 – R\$ 3.960).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,3% em 100% em Conta Corrente, no montante de R\$ 4.806, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 3% para Outros Destinações.

**NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	40.701	37.676
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.094)	(15.824)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	20	5
Provisão resgate de milhas cartão	49	29
Provisão PPR	(120)	59
Receita com atos cooperativos	13.865	13.637
Juros sobre capital próprio	2.019	1.722
Outros	1.302	53
Subtotal	17.135	15.505
IRPJ e CSLL registrados no resultado	41	(319)

**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	48.136	7.231
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	248.777	305.085
Outros Créditos - Rendas a receber	1.709	1.291
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	764	2.930
Investimentos (Nota 09)	21.760	21.715
Intangível (Nota 10)	8.289	6.560
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	189.687	151.270
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	-	8.057
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	18.941	12.325
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	807	267
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	10.006	6.972
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	19.067	30.406
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	8.336	8.320
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	905	797
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	11.769	10.644

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	242	0,24%	139
Depósitos a prazo	4.769	0,95%	3.849
Operações de crédito	769	0,11%	541

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.296	2.383

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	843	730
Despesa de aluguéis	2.039	1.996
Despesa de comunicação	1.727	1.930
Despesa de manutenção e conservação	2.008	1.771
Despesa de material	545	525
Despesa processamento dados	915	546
Despesa de promoções e relações públicas	2.439	1.977
Despesa de propaganda e publicidade	619	614
Despesa de seguro	166	138
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.837	2.562
Despesa de serviços de terceiros	576	680
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.580	1.416
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.976	1.546
Despesa de serviços de transportes	1.327	1.085
Despesa de viagem	1.117	139
Despesa de depreciação	2.311	2.111
Outras despesas administrativas	4.408	3.608
Total	27.433	23.374

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	2.009	1.147
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	18.346	29.273
Reversão de provisões operacionais	5.239	2.270
Outras rendas operacionais	2.864	2.114
Total	28.458	34.804

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.338	1.718
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	366	328
Contribuição Confederação Sicredi	8.796	7.430
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.017	883
Encargos da administração financeira	121	164
Repasse administradora de Cartões	391	637
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.679	1.581
Outras provisões operacionais	9.808	4.051
Outras despesas operacionais	3.489	1.655
Total	29.123	18.556

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	237.537	179.229
Coobrigações em cessões de crédito	17	20
Total	237.554	179.249

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:



## I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

## II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

## III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

## IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	214.033	191.650
Nível I (NI)	214.033	191.650
Capital principal - CP	214.033	191.650
Capital social	75.010	74.774
Reservas de capital	133.987	107.035
Lucros acumulados	13.325	14.327
Ajustes Prudenciais	(8.289)	(4.486)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	973.091	774.748
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.341	1.391
Margem de Capital (i)	109.518	108.700
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,00%	24,67%
Situação de Imobilização (Imob)	13.822	15.213
Índice de Imobilização (Imob / PR)	6,46%	7,94%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Jaques Samuel dos Santos  
Diretor Executivo  
CPF: 614.340.430-53

Angelita Marisa Cadona  
Diretora de Operações  
CPF: 647.721.280-34

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20